

## Gilmar Hernandes e Paulo Ricardo Gomes

Os deputados do PT conseguiram barrar a votação do projeto da Defensoria Pública que cria taxa de 5% sobre custas processuais e emolumentos extrajudiciais para abastecer o Funadep (Fundo Especial para o Aperfeiçoamento e o Desenvolvimento das Atividades da Defensoria Pública). Para não votar o projeto de lei complementar, eles alegaram que a Ordem do Dia não foi publicada no DOE (Diário Oficial do Estado) com 24 horas de antecedência, como determina o regimento interno da Assembléia Legislativa.

De acordo com o presidente da Assembléia Legislativa, deputado estadual Jerson Domingos (PMDB), como a bancada petista foi contrária à votação e a publicação deve ocorrer nesta quarta-feira, a apreciação do projeto de lei só ocorrerá na próxima quinta-feira, dia 23. Antes de barrar a votação houve conflito entre deputados da oposição e aliados.

O deputado estadual Ary Rigo (PDT), em defesa dos partidos aliados, disse que o PT estava querendo obstruir e o ato da Casa de Leis de fazer publicação do dia ocorreu devido a Assembléia não ter diário próprio, não podendo ficar dependente. Para o deputado Pedro Kemp (PT), é preciso cumprir o regimento, pois é ele quem garante a democracia. R20;Ou obedecemos o regimento interno ou nãoR21;; disparou. A sessão de hoje da Assembléia terminou sem a aprovação dos projetos existentes na pauta.

### Redução

A Defensoria Pública aceitou proposta dos deputados estaduais da base aliada do governador André Puccinelli (PMDB) na Assembléia Legislativa de reduzir de 5% para 3% a taxa a ser cobrada sobre custas processuais e emolumentos extrajudiciais para abastecer o Funadep (Fundo Especial para o Aperfeiçoamento e o Desenvolvimento das Atividades da Defensoria Pública).

A redução do percentual foi uma condição apresentada pelos parlamentares, durante reunião com a defensora-geral do Estado Edna Regina Batista Nunes da Cunha, para que seja aprovado na sessão ordinária desta terça-feira o projeto de lei complementar, de autoria da Defensoria Pública Geral. Os deputados da base aliada que são contrários ao projeto atendem à reivindicação da Anoreg (Associação dos Notários e Registradores de Mato Grosso do Sul), que representa os cartórios, e enfrentam forte pressão do governo do Estado.

A Associação defende que uma nova taxa vai encarecer ainda mais o preço dos serviços e afastar os clientes, principalmente nas regiões do Estado que fazem divisa com Paraná e São Paulo, onde os valores cobrados pelos cartórios são até cinco vezes menores.

O deputado Zé Teixeira (DEM) aponta que os valores cobrados em Mato Grosso do Sul pelos cartórios já estão entre os mais altos do País. Um novo aumento, afirma ele, seria ainda mais prejudicial, pois hoje uma escritura que custa R\$ 7 mil no Estado sai por R\$ 1 mil no Paraná.

*Fonte: Midiamax, Defensoria Pública, 21.08.2007.*

## Líderes definem 'trem da alegria' na próxima semana

O presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia (PT-SP), e os líderes partidários deixaram para a próxima semana a definição sobre a votação das propostas de emendas constitucionais que efetivam entre 260 e 500 mil funcionários que entraram no serviço público sem concurso. A intenção de grande parte dos líderes é enfrentar a votação para dar uma resposta aos funcionários que reivindicam a aprovação dos projetos, chamados de "trem da alegria".

Estão em discussão três propostas: a que dá estabilidade a servidores que entraram sem concurso público no período de 5 de outubro de 1983 a 5 de outubro de 1988 e na empresas estatais até 1990, a que efetiva servidores temporários e a que permite servidores que foram requisitados por outros órgãos a opção de serem efetivados na função que exercem atualmente.

Um grupo de defensores da aprovação do projeto que dá estabilidade e o que efetiva servidores temporários foi à Câmara pressionar pela votação. No Salão Verde, manifestantes cercaram Chinaglia e líderes que saíam da reunião no gabinete do presidente da Casa pedindo pela aprovação. Os manifestantes argumentavam que recebiam baixos salários e que a aprovação dos projetos não significava um "trem da alegria". Mais cedo, eles se colocaram próximo ao corredor das comissões com faixas e cartazes.

*Fonte: OESP, 22.08.2007.*

## **Férias dos advogados estão ameaçadas por bloqueio no Senado**

O que era para ser uma boa notícia para os advogados gaúchos e brasileiros está sob risco de se transformar num apagão para os profissionais da Advocacia: o projeto de lei que estabelece as chamadas férias dos advogados, a partir de 20 de dezembro, está parado no Senado. E, pior: não há qualquer previsão da sua colocação na ordem do dia, para votação. Os políticos, em sua expressiva maioria, negam-se a votar o substitutivo apresentado pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS) que modificou em parte o projeto de lei de autoria do deputado federal Mendes Ribeiro Filho (PMDB-RS). Aprovado na Câmara em março, o projeto entrou no Senado em abril e tramitou rapidamente nas Comissões. O projeto altera o art. 175 do CPC e modifica também o inciso I do caput do art. 62 da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966. A proposta é de que todos os prazos, audiências e julgamentos fiquem suspensos de 20 de dezembro a 06 de janeiro de todos os anos. Numa etapa posterior, a OAB-RS quer debater com a classe e propor que os advogados tenham 30 dias de férias por ano. Pelo texto a ser votado, serão feriados, para efeito forense: I - os domingos; II - os dias compreendidos entre 20 de dezembro e 6 de janeiro, inclusive, suspendendo-se o curso dos prazos processuais durante esse período; III - os dias declarados por lei.

Segundo o presidente da OAB do Rio Grande do Sul (OAB-RS), Cláudio Lamachia, em face do impasse que decorre de questões éticas e políticas entre senadores, "a classe dos advogados de todo o Brasil está sob o risco de, novamente, ver prejudicado o seu salutar e necessário descanso de fim e início de ano". Em nome da entidade gaúcha, ele está conclamando os advogados a que escrevam pontuais e incisivas mensagens a todos os senadores. "Não é possível que uma questão tão presente na mídia - como é a do senador Calheiros - termine resultando no emperramento do Senado e, em consequência no congelamento da votação de projetos de leis, não só o que interessa especificamente aos advogados e estagiários, como dezenas de outros de interesse da sociedade brasileira" - afirma Lamachia.

*Fonte: OAB, 21.08.2007.*

## **Bradesco desiste de recursos no STJ**

O Banco Bradesco S/A já desistiu de aproximadamente 80 processos que tramitam no Superior Tribunal de Justiça nos quais figura como recorrente. De acordo com o gerente jurídico da instituição financeira, Maurício Carvalho, a iniciativa tem o objetivo de desafogar o Poder Judiciário e contribuir para a celeridade da justiça.

Maurício Carvalho e integrantes da equipe do departamento jurídico do Bradesco, inclusive advogados, apresentaram, nesta terça-feira (21), o resultado desse trabalho ao presidente do STJ, ministro Raphael de Barros Monteiro Filho. Segundo a estimativa do banco, existem atualmente no STJ 400 processos em que a instituição é recorrente. O banco pediu vista de todos eles e desistiu de 20%, a maioria ações indenizatórias e de revisão de contrato.

Segundo Carvalho, os processos são analisados caso a caso. Entre os critérios adotados para a desistência, estão causas de pequeno valor e ações em que o banco tem poucas chances de êxito, levando em consideração a jurisprudência da Corte.

O Bradesco é a segunda instituição financeira a adotar critérios de desistência de recursos. A primeira parceria foi com a Caixa Econômica Federal, firmada no ano passado. A Caixa decidiu não mais movimentar a máquina judiciária para reaver créditos inferiores a R\$ 10 mil e, de forma geral, avalia a relação custo-benefício na manutenção dos processos. Se os custos processuais forem superiores ao benefício obtido em caso de êxito, então há desistência.

*Fonte: Consulex, 22.08.2007.*

## **Periódicos:**

- VEJA, *Medo no Supremo: Ministros do STF reagem à suspeita e grampo na mais alta corte de Justiça do país*, ano 40, nº33, 22 agosto de 2007.
- VEJA, *Especial Tecnologia: Como viver e tirar proveito da civilização on-live*, ano 40, edição especial, 22 agosto de 2007.